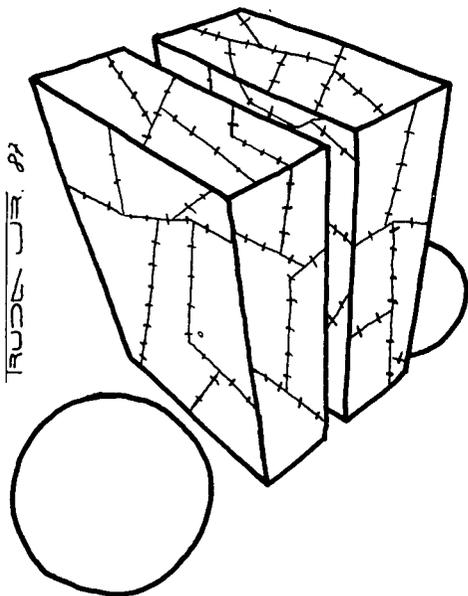




Aconteceu

CONSTITUINTE



**Conservadores,
moderados
e grupo de
consenso:
A discussão
da nova Carta**
(Pág. 5)

VIOLÊNCIA NO CAMPO

**Pastoral da terra
denuncia agressões**

(Pág. 15)

Aconteceu

nº 421 - Agosto/1987

CEDI Centro Ecológico de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho, 98, fundos
Telefone: 206-5137
22241 - Rio de Janeiro - RJ

Rua Higienópolis, 953
Telefone 825-5544
01238 - São Paulo - SP

Conselho de Publicações

Anivaldo Padilha

Ary da Costa Pinho

Carlos Alberto Correia da Cunha

Carlos Alberto Ricardo

Meigs de Souza Martins

Manoel Pereira Junior

José Pereira Ramalho (coordenador)

Jorge Luiz Camera Jardineiro

Marcus Vinicius Gróli Borges

Neide Esterci

Sérgio Alii

Vera Maria Masagão Ribeiro

Editor

Jorge Luiz C. Jardineiro

Diagramação e Artes

ARTE GRAPHICA

Praça Floriano, 55/602

Rio de Janeiro - RJ

Preço do exemplar avulso:
Cz\$ 2,00

Aconteceu Semanal

É uma publicação dedicada ao acompanhamento das lutas levadas por diversos setores populares.

As notícias da semana estão agrupadas em: *trabalhadores urbanos, trabalhadores rurais, índios, movimentos populares, igrejas, política nacional, notícias internacionais* e outras. Contém também uma seção de *Cartas do Lector*, onde são divulgadas manifestações, denúncias, atos públicos, etc. Nesta seção os leitores têm um espaço aberto para a divulgação das notícias que não saem na imprensa e outras fontes de informação.

O ACONTECEU semanal tem como assinantes lideranças indígenas, sindicatos e demais órgãos de classe, comissões pastorais, comunidades de base, missionários, operários, camponeses e outros. Ideal para quem não tem acesso a jornais diários ou quer conhecer as diversas situações de contato, lutas e reivindicações sociais em todo Brasil.

Assinatura Anual: Cz\$ 180,00 (Brasil);

US\$ 60,00 (América Latina);

US\$ 85 (América do Norte);

US\$ 100,00 (Europa, Ásia e África).

Envie junto com seu pedido um cheque nominal ou vale postal para CEDI-RJ

Assine a Revista

tempo e presença

Publicação mensal do CEDI, com temas de atualidade analisados na perspectiva do ecumenismo comprometido com os movimentos populares.

Assinatura anual:

Cz\$ 200,00

América Latina US\$ 30

América do Norte US\$ 40

Europa, África e Ásia US\$ 45

Fornecendo uma assinatura de apoio

você recebe de brinde

um exemplar das Cartas do CEDI.

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____

CEP: _____

Est.: _____

Telefone: _____

Profissão: _____

Idade: _____

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI - Centro Ecológico de Documentação e Informação - Av. Higienópolis, 983 - 01238 - São Paulo - SP.

Assine o Boletim

Aconteceu

Publicação mensal com um resumo das principais notícias veiculadas pelos órgãos de imprensa do país.

Assinatura anual Cz\$ 100,00

América Latina US\$ 30

América do Norte US\$ 40

Europa, África e Ásia US\$ 45

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____

CEP: _____

Est.: _____

Telefone: _____

Profissão: _____

Idade: _____

Faça a sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI - Centro Ecológico de Documentação e Informação - Rua Cosme Velho, 98 - fundos - CEP 22241 - Rio de Janeiro - RJ.

Política Nacional

PASSEATA EM PREPARAÇÃO PARA GREVE GERAL

A Polícia Militar ocupou a Avenida Rio Branco no final da tarde de ontem com 300 soldados de 13 batalhões, devido à passeata de apoio à greve geral marcada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e pela Central Geral dos Trabalhadores (CGT) para o próximo dia 20. Os PMs eram, em sua maioria, de pelotões de choque do 3º (Méier) e 5º (Centro) BPMs, estavam equipados com escudos, cassetetes e capacetes com viseiras plásticas e se espalharam pela avenida. Sem faixas da CGT - predominavam bandeiras da CUT, do Partido Comunista do Brasil (PC do B), Partido Democrático Trabalhista (PDT) e Partido dos Trabalhadores (PT) -, cerca de três mil pessoas (eram 1.500 segundo a PM ou cinco mil segundo os organizadores da manifestação), após concentração na Candelária, desceram a Avenida Rio Branco. O Presidente Nacional da Central Única dos Trabalhadores, Jair Meneguelli, estava no grupo de parlamentares, sindicalistas e militantes políticos que abriu a manifestação, ao lado do Presidente da CUT-Rio, Geraldo Cândido da Silva; do bioquímico Danilo Groff, acusado de ter participado do apedrejamento do ônibus do Presidente Sarney em junho (foi anistiado ontem); do vereador Eliomar Coelho (PT) e do Presidente do Diretório Metropolitano do PT, Demisthóclides Baptista, entre outros. (O GLOBO - 8/8/87)

CUT E CGT QUEREM UNIFICAR PAUTAS E ENCAMINHAR PEDIDOS AO GOVERNO

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) que chegaram a marcar duas datas para a greve geral, deram ontem mais um passo para superar suas divergências ao propo-

rem a unificação das pautas de reivindicações do movimento sindical na paralisação nacional convocada para o próximo dia 20. A unificação será discutida no próximo dia 13 em Brasília durante uma plenária intersindical que as duas centrais programaram. A pauta de reivindicações deverá ser encaminhada ao governo federal no dia da greve. Estas decisões foram tomadas ontem à tarde na sede da CGT, no centro de São Paulo, onde o presidente da entidade, Joaquim dos Santos Andrade, Joaquinção, reuniu-se com o presidente da CUT, Jair Meneguelli. Foi a quarta reunião entre eles em um mês, frequência que, segundo Joaquinção, se repetirá mesmo após a greve. Até o ano passado, além de escassos, os encontros entre Joaquinção e Meneguelli eram realizados preferencialmente na sede do Sindicato dos Marceneiros, considerado um local neutro. Este ano, Joaquinção foi uma vez à sede da CUT e Meneguelli foi três vezes à CGT. Ontem, Meneguelli estava acompanhado pelo secretário de Relações Internacionais da CUT, Jacó Bittar, e pelo presidente estadual da entidade, Jorge Coelho. Com a sua liderança ameaçada pela disputa que se trava no interior da CGT, onde o secretário de Relações Internacionais, Antonio Rogério Magri, tenta diminuir os espaços das correntes de esquerda que lhe são fiéis, Joaquinção viu na aproximação com a rival CUT uma saída para fortalecer-se em sua própria central. (FSP - 5/8/87)

CGT FALA EM DESATIVAR A 'BOMBA' DA PARALISAÇÃO

A evidência de que não há clima para uma greve geral no próximo dia 20, está levando os sindicalistas ligados à Central Geral dos Trabalhadores (CGT) a considerarem a possibilidade de defenderem abertamente o adiamento do movimento por tempo indeterminado. A questão deverá vir à tona na próxima quinta-feira, quando a executiva

nacional da entidade se reunirá, pela manhã, em Brasília, definindo posições que serão levadas à tarde para um encontro de dirigentes sindicais e partidários comprometidos com a proposta da greve. "É preciso desarmar esta bomba". Esta frase foi ouvida muitas vezes, ontem à tarde, no Sindicato dos Eletricitários (rua Thomaz Gonzaga, bairro da Liberdade, região central de São Paulo), onde os participantes de uma reunião da CGT-SP até discutiram a organização da greve. Mais do que isso, decidiram que o material de divulgação do movimento continuará sendo distribuído, mas dentro de uma perspectiva de desativação da proposta, assim que surgir uma saída política que não implique desgaste maior para o movimento sindical. A operação é complicada, admitiam os sindicalistas. Ela passa por dificuldades políticas no interior da própria CGT e, principalmente, no relacionamento com a Central Única dos Trabalhadores (CUT). No entanto, é junto à própria CUT que os dirigentes da CGT-SP buscam argumentos, citando a avaliação feita na última 5ª feira pelos sindicalistas daquela central que reconheceram a inexistência de clima para a greve. As declarações do presidente do Sindicato dos Metroviários de São Paulo, Paulo Azevedo, manifestando-se contrário à participação da categoria no movimento, pesou na CGT. (FSP - 11/8/87)

SARNEY ANUNCIA ANISTIA A ENVOLVIDOS EM TUMULTO NO RIO

O presidente José Sarney, anunciou ontem, em sua entrevista coletiva aos jornalistas credenciados no Palácio do Planalto, que remeterá ao Congresso, na segunda-feira, uma mensagem propondo anistia a todos os envolvidos no episódio do apedrejamento do ônibus em que se encontrava, em junho, no Rio, e que estão respondendo processo baseado na Lei de Segurança Nacional (LSN). Sarney, que fora criticado pelas lideranças peemedebistas, inclusive

pelo presidente do partido, deputado Ulyses Guimarães, por ter recorrido à LSN, afirmou que pretende mostrar não estar "defendendo nenhuma coisa de natureza pessoal e sim o princípio da autoridade do presidente". Ao responder sobre as dificuldades que a Aliança Democrática tem apresentado e seu reflexo na campanha que

faz para se manter no governo até 1990, Sarney disse que não vê "nenhuma crise" e se negou a comentar a saída do ministro do Interior, Joaquim Francisco Cavalcanti. "Este episódio está encerrado", e anunciou o nome do novo ministro, o ex-governador sergipano João Alves. Sarney, que entre o final de 86 e o início de 87 deixou de responder a quatro pedidos de audiência da Central Única dos Trabalhadores (CUT), afirmou que tem pedido às entidades sindicais para colaborarem no projeto econômico do governo: "Infelizmente eu não tenho recebido essa correspondência de determinadas lideranças sindicais, que eu acredito não estão engajadas no processo de defesa da melhoria da classe trabalhadora". (FSP - 8/8/87)

FREIRE E CAIADO DISCUTEM ASPERAMENTE NA RÁDIO JB

O presidente da UDR (União Democrática Ruralista), Ronaldo Caiado, e o ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Marcos Freire, discutiram asperamente no debate promovido pela Rádio Jornal do Brasil sobre reforma agrária. A discussão ficou tão polarizada entre eles que o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, José Francisco da Silva, ameaçou abandonar o debate. Caiado acusou o Governo de ser o maior latifundiário do país, com mais de 112 milhões de hectares improdutivos, o que levou Freire a comentar que a UDR deveria dispor de recursos "fabulosos" para ter informações que nem seu ministério tinha. "Eu as levarei para o senhor na se-

gunda-feira, ministro", disse Caiado, lembrando a audiência que o presidente da UDR terá com Marcos Freire. Freire disse que será a primeira contribuição que recebe da UDR. Freire anunciou que está acertando com o ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira, a abertura de uma linha de crédito especial para os colonos assentados dentro do Plano Nacional de Reforma Agrária, no valor de Cz\$ 5 bilhões. O ministro disse que há problemas "na parte operacional do Incra" e admitiu que o ministério e o Incra estão aquém de sua missão. José Francisco acusou o governo de falta de vontade política para fazer a reforma agrária. (JB - 8/8/87)

Constituinte

"CONSERVADORES" SE ARTICULAM PARA COMBATER O "GRUPO DO CONSENSO"

Numa reação às articulações dos "progressistas" no Congresso constituinte (que se reuniram em torno do chamado "grupo do consenso", ao lado dos "moderados" do PFL), um grupo de parlamentares "conservadores" do PMDB, PFL, PDS e PL está formando um bloco para formular soluções alternativas para os pontos polêmicos da nova Constituição. Os seus líderes estão colhendo assinaturas para uma "carta de princípios", que deverá ser lançada ainda nesta semana. "Creio que uma quantidade expressiva dos moderados do PMDB fazem parte do grupo", disse o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA). Ele afirmou que 150 peemedebistas vão apoiar a iniciativa. Até ontem, todos os peemedebistas que integravam o grupo eram do "Centro Democrático" (que reúne os "conservadores" do PMDB). A "livre iniciativa como força propulsora da economia" é a única referência clara do texto do grupo que circula entre os parlamentares. O grupo se orientará, porém,

pelo princípio de que a nova Constituição deve ficar as diretrizes básicas para os pontos polêmicos, deixando para a legislação ordinária a sua solução. (FSP - 4/8/87)

DISCUSSÃO SOBRE A REFORMA AGRÁRIA DIFICULTA CONSENSO ENTRE BLOCOS

O capítulo da "Reforma Agrária" se mostra ontem como um grande obstáculo para um acordo entre os três blocos suprapartidários que estão discutindo a nova Constituição. O "grupo do consenso" deve optar por uma solução "à esquerda", que poderá incluir a desapropriação de terras produtivas. O grupo "moderado", dividido em relação ao assunto, rejeitou antontem uma proposta do senador Virgílio Távora (PDS-CE), de direita (segundo levantamento da Folha publicado, no dia 19 de janeiro, no caderno "Os Eleitos"), considerada "muito avançada". Já os "conservadores", que até agora conseguiram barrar todas as propostas dos "progressistas" sobre reforma agrária, querem remeter a discussão para a legislação ordinária. Embora não concorde com todas as sugestões do grupo "do consenso", Távora fez sugestões que "chocaram" os "moderados". Ele defendeu a imissão imediata, pela União, da posse da propriedade desapropriada. O proprietário poderia recorrer à Justiça, que teria sessenta dias para se pronunciar. A desapropriação seria paga com títulos da dívida agrária e apenas nos casos em que a Justiça der ganho ao proprietário atingido, com dinheiro. Muitos integrantes do grupo "moderado" atacaram esta proposta, defendendo as mesmas posições que os "conservadores". Eles querem que a desapropriação seja indenizada sempre em dinheiro e não aceitam a imissão imediata da posse da terra. Todo o proprietário que sofrer uma desapropriação poderia recorrer à Justiça antes de perder a propriedade. O bloco dos "conservadores" considera "um crime" desapropriar terras produtivas, independente de sua extensão. A tendência que se

esboça no grupo "do consenso" poderá agravar ainda mais a animosidade já existente entre as tendências em relação à reforma agrária. Além de querer garantir a imissão imediata da posse da terra, o grupo defende que as indenizações sejam pagas em títulos da dívida agrária resgatáveis em vinte anos e com dois anos de carência. Há uma tendência para aprovação de

desapropriações em terras produtivas. Antontem, este grupo almoçou com os dirigentes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) para trocar idéias. O deputado Plínio de Arruda Sampaio, esquerda, disse que "não acha necessária" uma conversa com as entidades dos representantes dos proprietários. (FSP - 7/8/87)

OS BLOCOS E AS PROPOSTAS PARA O CAMPO			
	Grupo "do consenso"	Grupo "moderado"	Grupo "conservador"
Composição	"Progressistas" do PMDB, grupo "moderno" do PFL, parlamentares do PDT, PDS, PT, PSB, PDC e PCB	Parlamentares do PMDB, PFL, PDT, PDS, PL e PCB	Membros do grupo "Centro Democrática" do PMDB, maior parte do PFL, PDS, PTB e PL
Principais membros	Eucides Scalco (PMDB-PR, coordenador), Lúcio Alcântara (PFL-CE), Plínio Sampaio (PT-SP)	José Richa (PMDB-PR, coordenador), Israel Pinheiro (PMDB-MG), Virgílio Távora (PDS-CE), Guilherme Afif Domingos (PL-SP)	Principais membros Roberto Cardoso Alves (PMDB-SF), Amaral Netto (PDS-RJ), José Lourenço (PFL-BA), Carlos Sant'Anna (PMDB-BA)
Situação	Ainda não tem posição definida sobre reforma agrária, mas tende a adotar a posição dos "progressistas": imissão (investidura) imediata de posse, em favor da União, das terras desapropriadas, independente de recurso à Justiça; fixação de limite máximo de propriedade, admitindo a desapropriação de terras produtivas em alguns casos.	O grupo está dividido. O senador Virgílio Távora defende a posição dos "progressistas" em relação à imissão de posse. Outra parte do grupo não aceita.	Propõe que a desapropriação só se consuma após decisão final do Judiciário. É contra a fixação de limite para a propriedade e não admite desapropriação de terras produtivas.

GRUPOS SUPRAPARTIDÁRIOS FECHAM ACORDO SOBRE 4 PONTOS

Os dois mais importantes grupos suprapartidários do Congresso constituinte fecharam um acordo ontem sobre quatro pontos polêmicos da nova Constituição. Depois de oito horas de reunião, os grupos conhecidos como "moderado" e "do consenso" anunciaram uma posição comum sobre os temas "Questão Urbana", "Saúde", "Concessões de Rádio e TV" e "Reserva de Mercá-

do". Apesar de terem avançado na discussão da "Reforma Agrária", não foi fechada ainda uma proposta conjunta sobre o tema. Numa segunda rodada de negociações, os constituintes vão discutir hoje o "Papel do Estado na Economia", a "Definição de Empresa Nacional" e tentar uma solução para "Reforma Agrária". "Avançamos muito", disse o coordenador do "grupo moderado", senador José Richa (PMDB-PR). (FSP - 11/8/87)

PONTOS DE ACORDO ENTRE OS DOIS GRUPOS	
Questão urbana	As desapropriações a serem efetuadas para a reforma urbana serão pagas em títulos do governo, com exceção dos imóveis residenciais, cujas desapropriações serão pagas em dinheiro.
Saúde	Será criado um sistema unificado de saúde, em que o setor privado exercerá papel complementar em relação ao setor público. Isso significa que o governo não vai empregar recursos na construção de hospitais privados mas apenas na sua manutenção.
Comunicações	É mantida a proposta de criação do Conselho Nacional de Comunicação, que terá composição tripartite: sociedade (entidades culturais, sindicais etc.), Legislativo e Executivo. O presidente da República continua a conceder canais de rádio e TV, ad referendum do Conselho.
Reserva de mercado	Haverá proteção temporária às empresas de setores de tecnologia nascente (a expressão "reserva de mercado" não será incluída na nova Constituição).
Outros temas polêmicos do Congresso constituinte, tais como reforma agrária, distribuição de impostos, estabilidade no emprego, jornada de trabalho e seguridade social, estão em debate na série de reuniões que os dois grupos estão realizando e que prossegue hoje.	

FLORESTAN CRITICA OS OBJETIVOS DO "LOBBY" DA IGREJA

O deputado Florestan Fernandes (PT-SP), afirmou ontem que a Igreja "está apoiando uma política deliberada de desmantelamento do ensino público, iniciada pelo regime militar ao desenvolver um poderoso 'lobby' com o objetivo de permitir o desvio de verbas públicas para suas escolas". O "lobby" a que se refere o parlamentar é feito através de cartas pessoais, como a que recebeu o deputado Nelson Aguiar (PMDB-ES), de esquerda (segundo levantamento feito pela Folha e publicado no caderno "Os Eleitos" em 19 de janeiro), do próprio presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), d. Luciano Mendes de Almeida, manuscrita. Ou então, por telegramas como o que recebeu o deputado Florestan Fernandes, do padre Raul Paiva, reitor do Colégio de Jesuítas de Juiz de Fora (MG). Os parlamentares são pressionados também pessoalmente

por padres e bispos, no Congresso e nas "reuniões de conscientização" promovidas na CNBB. Para a apresentação de três emendas de "iniciativa popular", a CNBB trouxe a Brasília, ontem, 250 manifestantes. Uma emenda popular que propõe a utilidade das verbas públicas para as escolas católicas foi apresentada na semana passada com 775 mil assinaturas (25 vezes mais que o número mínimo necessário, de trinta mil subscrições). "Escola, para a CNBB, não é comércio", disse o monsenhor Arnaldo Beltrami, assessor de imprensa da entidade. "Ninguém deve usar a educação para ter lucro, mas para servir o povo". Segundo o monsenhor, "as escolas católicas nasceram para servir o povo, quando ninguém se dispunha a prestar esse serviço. Atualmente, essas escolas não podem se manter sem subsídios do governo, porque elas não querem servir só quem pode pagar, porque se tornariam elitistas". (FSP - 6/8/87)

Índios

AMAZÔNIA PERDE UM SERGIPE POR ANO PARA MADEIREIRAS

Dezenas de madeireiras clandestinas estão atuando em toda Amazônia Legal, desmatando por ano de dois milhões a 3 milhões de hectares, área comparável ao território do estado de Sergipe, de acordo com informações do diretor de Cadastro e Fiscalização do IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal), Hélio Pereira. No Pará, a 280 quilômetros de Altamira, a madeireira Bannach invadiu, no início de 86, parte de uma área de 800 mil hectares às margens do rio Iriri que foi interdita pela Funai em abril de 85. No IBDF, consta que seu registro é irregular. A madeireira Bannach é um exemplo do trabalho de extração clandestina de madeiras nobres da região amazônica. A área que ela ocupa foi interdita pela Portaria 1854/E de abril de 85, a pedido do sertanista Sydney Possuelo, com a finalidade de preservar grupos indígenas não contatados que habitam a região. Lá trabalham cerca de 20 homens, 10 dos quais têm famílias e moram em casas de madeira com três cômodos. A madeireira só trabalha com mogno, que é vendido no local, sem o frete, por Cz\$ 27 mil o metro cúbico. No Rio e em São Paulo, o mogno pode valer até 10 vezes mais. Mensalmente, passam pelas serras da Bannach mais de mil metros cúbicos de mogno, que são exportados para a Europa ou vendidos para o Sul e Sudeste pela equipe do paranaense Quirino Bannach, o dono da empresa, que tem sede em Belém e sete filiais. Uma delas é a que invadiu a área interdita pela portaria da Funai. No IBDF, o diretor Hélio Pereira informou que a madeireira Bannach, registro número 1157010050-1 e CGC número 05253810/0001-73, está em situação irregular. A tinar cibgecunebti da atividade da Bannach em área interdita pela Funai, Hélio Pereira enviou, na mesma hora,

telex para o delegado do IBDF no Pará, pedindo que a situação seja averiguada. A situação dessas madeireiras que atuam clandestinamente em áreas indígenas é um problema sério, porque existem funcionários da Funai, como Salomão Santos, superintendente do Pará, contra os quais existem denúncias de conivência com a iniciativa e de que dão cobertura aos madeireiros. Essa reserva amazônica é a última de mogno e cerejeira que existe no país - disse Hélio Pereira. Ao longo da estrada que leva até a serraria instalada nas margens do Rio Iriri, o quadro é desolador. Inúmeras clareiras estão abertas na selva, a terra exposta ao sol, tudo sem vida ao redor. No pátio da Bannach, dezenas de toras de mogno estão empilhadas, prontas para serem transformadas em tábuas e embarcadas nos caminhões. A madeireira não se restringe a atuar na área próxima. De acordo com funcionários, é comum, na época das cheias, centenas de toras de mogno descerem o rio rebocadas, vindas das cabeceiras do Iriri, dezenas de quilômetros rio acima. (JB - 5/8/87)

IBDF ACUSA FUNAI SOBRE MOGNO

A Divisão de Cadastro e fiscalização (DC) do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) constatou a exploração predatória e ilegal das últimas grandes reservas brasileiras de mogno, todas elas situadas em áreas indígenas, está sendo feita com o aval da Funai. O IBDF está mesmo estudando a possibilidade de atuar a Funai como exploradora de madeira como forma de notificá-la juridicamente, uma vez que vários comunicados oficiais sobre as irregularidades não tiveram resposta. Só nos últimos seis meses o IBDF, que denuncia também a exploração ilegal de cedro na área indígena Ibirama, em Santa Catarina, apreendeu grandes quantidades de mogno extraídas irregularmente das áreas indígenas Urueu-uau-uau, em Rondônia (11.600 m³), Zoro, em Mato Grosso (3.600 m³), e Calapó, no Pará (2.600 m³).

Em poder das madeireiras, o IBDF encontrou contatos assinados pela Funai autorizando a comercialização da madeira. O IBDF compara essas autorizações da Funai a uma "negociação de cômodos no Palácio do Planalto", como ironiza um dos diretores do Instituto. Isso porque as florestas são consideradas bens públicos e sua administração é de competência do IBDF. "A Funai, via superintendências regionais e administrações dos postos indígenas, está fazendo contratos com as madeireiras independente da aprovação, pelo IBDF, do Plano de Exploração e Manejo, o que constitui grave irregularidade", denuncia a Divisão de Cadastro e Fiscalização do Instituto. O DC revela que as madeireiras financiam os próprios índios, dando-lhes motosserras, caminhões e tratores. Os índios extraem a madeira e a transportam até as empresas. As madeireiras contam com o fato de que qualquer flagrante colhido pela fiscalização do IBDF - que tem apenas 540 fiscais para cobrir todo o território nacional - nesse trajeto poderá passar em branco, pois na legislação brasileira, os índios não são passíveis de ação penal. (JB - 5/8/87)

ENCONTRO GUARANI

Sete aldeias de índios guaranis que tiveram suas áreas demarcadas pelo governo de São Paulo e homologadas pelo presidente José Sarney, no dia 8 de julho último, promoverão um encontro amanhã na aldeia de Ribeirão das Silveiras, próximo a Barra do Una, no município de São Sebastião, litoral norte de São Paulo. Espera-se a presença de pelo menos 100 índios que discutirão com os técnicos da secretaria o futuro de suas aldeias. As demarcações fazem parte do Projeto Guarani, desenvolvido pela Secretaria do Meio Ambiente, que promove o atendimento jurídico aos índios, demarca suas áreas e supervisiona um programa de saúde - com médicos, enfermeiros e dentistas, além de planejar o

atendimento técnico para o desenvolvimento das tribos. As sete aldeias tiveram suas áreas homologadas em abril último durante a Semana do Índio: Crucutu, Morro da Saudade e Jaraguá, em São Paulo; Boa Vista, em Ubatuba; Itariri, em Itariri e Rio Branco, Itanhaém. (NOTÍCIAS POPULARES/SP - 4/8/87)

INDENIZAÇÃO

Os índios Krikati, que habitam uma área de 85.500 hectares, no Estado do Maranhão, vão receber da Eletronorte, a título de indenização, 20 milhões de cruzados, em virtude da passagem por dentro de suas terras, do segundo circuito da linha de transmissão de energia ligando os municípios de Imperatriz e Presidente Dutra. O presidente da Fundação Nacional do Índio, Romero Jucá Filho, e o presidente da Eletronorte, Miguel Rodrigues Nunes, assinaram um termo de compromisso, onde ficou estabelecido o plano de aplicação dos recursos. Com validade de um ano, desde junho passado. O termo de compromisso assinado pela Funai/Eletronorte vai permitir o desenvolvimento de atividades sanitárias, educacionais, culturais e produtivas, beneficiando uma comunidade que hoje tem, aproximadamente, 380 indígenas, instalados numa reserva que se estende pelos municípios maranhenses de Montes Altos, Sítio Novo e Amarante. (NOTÍCIAS POPULARES/SP - 3/8/87)

REUNIAO EM CACOAL

O superintendente da Funai para o Centro-Oeste, Eraldo Fernandes, e o secretário de Segurança Pública de Rondônia, Eurípedes Miranda, reuniram-se ontem em Cacoal para juntos encontrarem uma solução para o conflito entre índios Cinta Larga do Rio Rossevelt e posseiros, que culminou com a morte de quatro invasores na semana passada. A intenção é conseguir a retirada dos corpos que permanecem na reserva.

índigena, uma vez que os outros sobreviventes já saíram com apoio da Funai e de policiais militares e civis de Rondônia. Conforme o superintendente, a área dos Cinta Larga é demarcada desde 1977 e possui 233 mil e 55 hectares, onde vivem aproximadamente 250 índios. Os Cinta Larga são considerados pouco amistosos e dedicam-se à caça, agricultura de subsistência e extrativismo de borracha. (CORREIO DO BRASIL - 28/7/87)

ALUIZIO DISCORDA DO TCU SOBRE O FIM DA FUNAI

O Ministro da Administração, Aluizio Alves, disse ontem que o Tribunal de Contas da União (TCU) deve limitar sua atuação à análise das contas e denunciar eventuais irregularidades nos órgãos públicos. O comentário se refere à decisão do TCU em sugerir a extinção da Fundação Nacional do Índio (Funai), devido ao acúmulo de incorreções na prestação de contas de 1983 a 85. Propor a criação ou extinção de órgãos públicos, na opinião do Ministro, é atribuição exclusiva do Governo Federal. O Presidente da Funai, Romero Jucá Filho, disse que o pedido de intervenção, feito pelo Ministro Adhemar Ghisi, é "incompreensível", uma vez que os problemas detectados pelo TCU provêm da "velha Funai". Jucá Filho, - há um ano e três meses no cargo - assegurou que o Conselho Fiscal da entidade aprovou as contas relativas ao último exercício fiscal que estão sendo encaminhadas ao Tribunal. O TCU concluiu que a Funai não tem cumprido com a sua função de administrar e proteger as reservas indígenas. Em seu voto, o Ministro Ghisi apresenta o resultado das investigações que apuraram má distribuição dos fundos administrados pela Fundação. (O GLOBO - 4/8/87)

RESPOSTA AO "ESTADÃO"

Sr. Queremos expressar nosso repúdio à

matéria publicada neste jornal na edição de 17 último, sob o título "Os índios levam Exército à prontidão". No referido artigo, a recente invasão policial-militar à aldeia Macuxi de Santa Cruz, no Território Federal de Roraima, foi caracterizada como uma ação legal para reprimir um atentado à propriedade, representada pela fazenda Guanabara. Diz ainda o artigo: "Quê Newton Tavares possuiria um título definitivo sobre as terras da fazenda Guanabara. Na qualidade de antropólogos com pesquisa na área há alguns anos, julgamos necessário prestar os seguintes esclarecimentos: Em primeiro lugar, não é demais insistir que as terras do nordeste de Roraima são de ocupação imemorial dos povos indígenas que ainda hoje as habitam - Macuxi, Taurepáng, Ingarikó e Wapixana -, e garantidas constitucionalmente. Ora, segundo reza a legislação em vigor, terras indígenas são inusucapíveis, ou seja, não se pode sobre elas reclamar posse por ocupação. No caso específico da fazenda Guanabara, o título é tanto mais discutível, pois, ao que tudo indica, baseia-se em registro de posse concedido pelo governo do Território; assim sendo, não possuiria valor jurídico, dado que as terras dos territórios federais pertencem à União, não cabendo, portanto, aos governos territoriais a sua concessão. Caracterizando o ocorrido em Santa Cruz como uma ação legal, o artigo obscureceu o fato de que o ocupante Newton Tavares cercou a aldeia de Santa Cruz, e vem mantendo a fazenda Guanabara apoiado em uma força para militar (a empresa de segurança Sacopã), que impede não só a livre circulação dos Macuxi, como também a utilização da terra para seu próprio sustento. Além disso, e o que é mais grave, obscureceu o fato de que, em defesa dos interesses do fazendeiro, a polícia invadiu a aldeia, espancando mulheres e crianças, e prendendo ilegalmente 19 índios, dos quais quatro crianças. Isto para não mencionar o episódio que parece ter detonado a presente crise,

o estupro de uma índia grávida pelos jagunços do sr. Newton Tavares. Infelizmente o que ocorre em Santa Cruz não representa um caso isolado; a violência policial em favor de interesses econômicos, contra índios, tem sido uma constante na

história recente de Roraima. Mas é de se lamentar que O Estado de São Paulo confunda o desterro da população nativa com a defesa da propriedade privada. **Nádia Fara**ge e Paulo Santilli. (ESP - 6/8/87)

Igrejas

CPT VÊ CRESCIMENTO DA UDR COMO OBSTÁCULO PARA A REFORMA AGRÁRIA

A 6ª Assembléia Nacional da Comissão Pastoral da Terra apontou ontem, em seu segundo dia de trabalhos no Centro Pastoral D. Fernando, em Goiânia (GO), o crescimento da atuação da União Democrática Ruralista (UDR) como um dos principais obstáculos para implantação da reforma agrária e para o desenvolvimento do trabalho da CPT. Aberta às 14h de segunda-feira, pelo vice-presidente da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, pastor Inácio Lemke, a assembléia está sendo realizada com a presença de 142 participantes de todo o país, além de bispos das regiões norte, nordeste e centro-oeste, e representantes de entidades como a Pastoral Operária, Centro de Estudos Migratórios de São Paulo e Juventude Operária Católica. Em todos os trabalhos de grupos e plenárias até agora realizados, as denúncias de violência no campo, expulsão de trabalhadores e perseguição aos líderes rurais têm sido uma constante nos depoimentos dos participantes. Esta questão foi exaustivamente discutida no debate de segunda-feira, que teve como tema os desafios dos trabalhadores rurais em seu dia-a-dia, como a não execução do Plano Nacional de Reforma Agrária, o desrespei-

to às leis trabalhistas no campo, o aumento da repressão e da violência policial, a atuação de milícias e pistoleiros contra lideranças rurais e o trabalho da UDR. Ontem a assembléia da CPT debateu a atuação da Pastoral da Terra. (FSP - 5/8/87)

PASTORAL DA TERRA ELEGE NOVO PRESIDENTE

O bispo da diocese de Picos (310 km ao sul de Teresina, PI), d. Augusto Alves da Rocha, foi eleito ontem às 16h, em Goiânia (GO), durante a 6ª Assembléia Nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT), o novo presidente da entidade para o próximo quadriênio, substituindo a d. José Gomes, bispo de Chapecó (SC). Para a vice-presidência foi reeleito o pastor Inácio Lemke, da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. "Vou procurar ser um instrumento para que a CPT atinja seus objetivos em favor da reforma agrária", disse d. Augusto. Durante a assembléia, o secretário-executivo da entidade, Ermano Allegre, disse que o Plano Nacional de Reforma Agrária, do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (lançado em 1985), "já morreu a apodreceu há muito tempo, embora haja quem acredite que ele ainda existe". Segundo ele, "falta vontade política ao governo federal para fazer a reforma agrária". (FSP - 6/8/87)

CPT EXCLUI PARTIDOS COM 'PROPOSTAS BURGUESAS'

A 6ª Assembléia Nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT), encerrada ontem, em Goiânia (GO), aprovou um documento onde se compromete a reforçar o movimento sindical entre os trabalhadores rurais, a

continuar lhes servido através das expressões religiosas e a não fazer nenhuma opção partidária, mas excluir todos os partidos que "defendem propostas burguesas". A CPT considera a reforma agrária como necessária para a sobrevivência do trabalhador rural. O relatório final da assembléia ainda protesta contra a repressão aos trabalhadores sem-terras, ao descaso do governo com relação à seca do Nordeste, e contra os grandes projetos, como o Jica e Carajás, que, segundo a CPT, visam os interesses exclusivos de empresas nacionais e multinacionais, destruindo o solo, poluindo rios e criando um verdadeiro desastre ecológico para os próximos anos. O secretário-executivo da CPT, Hermano Allegre, disse, durante o encerramento da assembléia, estar assustado "com a violência praticada contra o trabalhador". Allegre falou também da grande esperança entre governo e povo, afirmando que a constituinte está sendo feita para servir a 10% da população brasileira. (FSP - 9/8/87)

Internacionais

ACORDO NAO ELIMINA DIVERGÊNCIAS NA AMÉRICA CENTRAL

Um dia depois de ser assinado na Guatemala por cinco presidentes centro-americanos, já eram grandes ontem as dúvidas sobre a possibilidade da aplicação efetiva do plano de paz para a região. O documento foi recebido com frieza pelos "contras" - os rebeldes direitistas que combatem o regime nicaraguense - e considerado "superficial" pelos guerrilheiros esquerdistas de El Salvador. Os dois grupos não participaram das negociações e caso não deponham as armas o acordo para a América Central torna-se inviável. Já os sandinistas afirmaram que não vão interromper o combate aos rebeldes, enquanto na Casa Branca os indícios são de que o plano é

inaceitável para o presidente Ronald Reagan, por não atender o principal objetivo da administração norte-americana na região: a modificação imediata do regime sandinista. O plano dos cinco presidentes - Daniel Ortega (Nicarágua), José Azcona (Honduras), José Napoleón Duarte (El Salvador), Vinicio Cerezo (Guatemala) e Oscar Arias (Costa Rica) prevê o cessar-fogo na América Central dentro de noventa dias, um processo de democratização na região a ser colocado em prática no prazo de 150 dias, eleições livres ao final do atual mandato dos presidentes centro-americanos, fim da ajuda aos grupos rebeldes e não concessão de territórios para a atuação dos guerrilheiros. O plano foi considerado pelos governos da Itália, França, Grã-Bretanha e Alemanha Ocidental como um passo positivo para se alcançar a paz na América Central. Em Manágua, ao chegar da reunião da Guatemala, o presidente Daniel Ortega disse que "nós continuaremos a combater os mercenários". O porta-voz da chancelaria, Alejandro Bendaña, disse estar "pessimista" por não haver a concordância norte-americana com os resultados do encontro. Os sandinistas afirmaram que não negociam com os "contras", mas sim diretamente com os EUA. A única iniciativa concreta anunciada pelo governo foi a decisão de retirar uma denúncia contra o governo da Costa Rica por permitir a presença de forças rebeldes em seu território, que estava sendo encaminhada junto à Corte Internacional de Justiça de Haia, na Holanda. (FSP - 9/8/87)

IGREJA DA NICARÁGUA DÁ APOIO AO PLANO DE PAZ NA AMÉRICA CENTRAL

O Cardeal nicaraguense Miguel Obando y Bravo expressou ontem seu otimismo ante o acordo firmado pelos Presidentes centro-americanos, intitulado "Procedimentos para estabelecer a paz firme e duradoura na América Central". Ao mesmo tempo, o Arcebispo de El Salvador, Monsenhor Arturo Rivera Damas, elogiou os resultados da

conferência de cúpula regional dos dias 6 e 7, e instou os EUA a respeitarem as posições do documento, pois a sua ingerência americana tem impedido a autodeterminação na região. Na homília de ontem, o Cardeal Obando y Bravo assinalou, no entanto, que o processo de paz apenas se iniciou: "Não é algo fácil, e leva tempo, podendo haver dificuldades, a serem porém superadas para que o povo possa viver em paz". O Cardeal disse que não estudou ainda o acordo, mas destacou que os católicos estão dispostos "a estender pontes" entre os lados em conflito. O acordo assinado na Guatemala prevê que no próximo dia 14 a Igreja Católica indicará dois delegados, um titular e um eventual suplente, para integrarem a Comissão Nacional de Reconciliação. Em Washington, observadores políticos comentaram ontem que o Governo Ronald Reagan vê com desagrado e desconfiança o acordo, pois o documento firmado na Guatemala torna sem sentido seu próprio plano de paz, apresentado dois dias antes. O acordo dos Presidentes centro-americanos prevê cessar-fogo na Nicarágua e em El Salvador em 90 dias, reformas democráticas em 150 dias, seguidas de eleições com supervisão internacional, além do fim da ajuda externa aos rebeldes, e anistia. (O GLOBO - 10/8/87)

GREVE DE 340 MIL PARALISA 48 MINAS NA ÁFRICA DO SUL

Nada menos do que 340 mil mineiros negros, ou seja, mais de 60% da força de trabalho de 550 mil homens, atendeu à convocação do poderoso sindicato mineiro NUM e está realizando a maior greve trabalhista da história da África do Sul. Estão paralisadas 28 minas de ouro e 20 de carvão. Em alguns locais ocorreram choques, ficando feridos seis mineiros, dois deles gravemente. Os trabalhadores reivindicam aumento de 30% e um adicional de periculosidade. Os empregadores oferecem aumento

de 23,4%. A gigantesca Anglo-American Mining Corporation, que emprega 40% dos mineiros negros do país, diz que os trabalhadores cometeram atos de violência, fazendo com que o pessoal de segurança reagisse com gás lacrimogêneo e balas de borracha em três choques. Os empregadores afirmam que 1/3 dos trabalhadores abandonou o trabalho. (JB - 11/8/87)

Trabalhadores Rurais

PISTOLEIROS DO MARANHÃO CERCAM FAZENDA

A fazenda Terra Bela, no município de Buriticupu, 380 quilômetros de São Luís, está cercada por 40 pistoleiros que mantêm entrincheiradas 100 famílias de lavradores, travando uma batalha que tem cinco feridos até agora. Um deles é o proprietário, Fernando Antonio Brasileiro, além do capataz, Hélio Martins, e três lavradores. O secretário de Segurança, coronel Carlos Alberto Duailibe, mandou para área 120 soldados para garantir a ordem. Agentes da Polícia Federal também foram enviados à fazenda Terra Bela. O próprio governador do Maranhão, Epitácio Cafeteira, reconheceu a gravidade do conflito em Buriticupu. Cafeteira anunciou também a vinda a São Luís, nos próximos dias, do presidente do Incra, José Eduardo Raduan, e disse que vai convidá-lo "para que ele veja a guerra de perto". O governador maranhense afirmou que a polícia do Maranhão não vai servir de "guarda pretoriana" para a UDR, que acusou o governo de omitir-se nas questões de terra no Maranhão. Cafeteira prometeu desapropriar as terras improdutivas para entregar a pequenos lavradores. Hugo Saraiva disse que é ilegítima a participação da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil

(CNBB), "que não plantou, não gerou riquezas e está influenciando na Constituinte, no sentido de fabricação de uma reforma agrária que não venha responder aos anseios dos que estão diretamente ligados na produção de alimentos". (JB - 9/8/87)

REFORMA AGRÁRIA PROVOCA AMBIENTE DE TENSÃO NO SUL

Uma reunião no final da tarde de hoje, entre o Governador Pedro Simon e representantes dos agricultores acampados na Fazenda Annoni, decidirá os rumos da reforma agrária no Rio Grande do Sul, podendo cair na possibilidade de conflito armado na disputa de terras. Simon vai apresentar aos colonos o levantamento das terras do Estado que serão colocadas à disposição para o assentamento das 1.200 famílias acampadas na Annoni. Embora o Governador manifeste confiança em uma solução pacífica, o clima entre o Governo e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra foi

bastante tenso ontem, quando o Ministro da Reforma Agrária, Marcos Freire, recebeu ríspidas palavras dos agricultores. Para ele, "as ações dos proprietários são com a Justiça, assim como invasões são com os Governos estaduais". Mesmo reconhecendo que as metas do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) estão longe de serem cumpridas (até agora foram assentadas 20 mil famílias, ou menos de cinco por cento da previsão), o Ministro insistiu em que "a reforma agrária é viável". Essa convicção, porém, não foi suficiente para acalmar os representantes dos colonos que tiveram audiência com ele. Vaiado, Freire se dirigiu ao Palácio Piratini, de onde, depois de almoçar, foi com o Governador até a Fazenda São Pedro, em Guaíba, onde 60 famílias estão assentadas. Se esperava agradecimentos dos agricultores, Freire enganou-se. Ouviu muitas reclamações sobre a falta de crédito para o plantio e a ausência de infra-estrutura. Os colonos exigem escola, posto de saúde e estradas. O Governador Pedro Simon não assimilou as críticas. (O GLOBO - 11/8/87)

Aos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais,
As comunidades,
A Imprensa nacional
As autoridades competentes.

A Comissão Pastoral da Terra da diocese de Ruy Barbosa, Bahia, vem de público denunciar as seguintes ocorrências envolvendo a família do trabalhador rural **Aurelino Batista da Silva (Lelinho)**, sinal de uma situação generalizada que atinge numerosos trabalhadores rurais, posseiros e assalariados da região de **Tapiramutá** e **Morro do Chapéu**.

Toda esta região, pelo clima favorável, pela fertilidade do solo e pelo atual modelo econômico de penetração do capitalismo no campo, está conhecendo, nestes últimos anos, uma agressão constante aos interesses vitais dos pequenos agricultores e assalariados, como esta que relatamos.

Aurelino Batista da Silva, 60 anos, casado, pai de 10 filhos, dos quais 6 ainda morando com ele, é dono de cerca de 100 tarefas de terra localizadas na fazenda São Francisco, perto do povoado de Duas Barras, município de Morro do Chapéu. Sobre esta terra a família vem trabalhando desde 1965. A perseguição iniciou após uma transação de compra-venda entre a antiga proprietária dona Maria Ferreira dos Anjos e Jurandy Marques Rocha, conhecido como Didi Rocha. Este latifundiário de Duas Barras, dono de várias fazendas e conhecido na região pela sua arrogância truculenta, vem desde então fustigando o pequeno proprietário **Lelinho** e sua família. Em várias ocasiões ameaçou de morte, enviou capangas armados, agrediu fisicamente e chegou a apontar com arma de fogo contra **Lelinho**, traumatizando constantemente a esposa e os filhos.

Ultimamente, com ordem de despejo obtida do juiz da comarca de Morro do Chapéu, Aliomar Silva Britto, o fazendeiro executou a ordem judicial em seu favor, no dia 04 de junho de 1987 quando, com policiais armados e com a presença de mais de 20 capangas, a família foi expulsa da casa, foram destruídas e queimadas as casas de farinha e moradia, jogados fora da fazenda os pertences da família, roubadas as ferramentas de trabalho. Foram também cortados e destruídos vários pés de jaqueira, mangueira, bananeira, laranjeira e café, fruto de um trabalho de mais de 20 anos. Cerca de 30 tarefas de roça com feijão, milho, mandioca e horta foram entregues aos capangas do fazendeiro e ao gado da fazenda vizinha.

Atualmente **Lelinho**, a esposa e os filhos estão passando necessidade, morando em casa emprestada na cidade de Tapiramutá e sobre eles pesa o lúgubre silêncio de uma injustiça que encobre sofrimento e opressão gritantes.

A Comissão Pastoral da Terra, as comunidades cristãs de toda a região, denunciam este fato, repudiam esta violência rotineira e institucionalizada. Ao mesmo tempo esta Comis-

são, composta pelos representantes de todas as paróquias, apela para as autoridades competentes responsabilizando-as por outras eventuais violências que vierem a acontecer contra a família de **Aurelino Batista da Silva**. Convocamos todas as pessoas e entidades a se solidarizarem com esta família e com os trabalhadores da região, enviando cartas de apoio e de reivindicação de justiça às autoridades municipais, estaduais e federais.

Ruy Barbosa, 05 de agosto de 1987

**Comissão Pastoral da Terra
da Diocese de Ruy Barbosa**

Para enviar solidariedade e outras comunicações:

CPT - Av. Dr. José Nery, 323

44840 - Tapiramutá - BA

Fone p/recados: (075) 626.2166 (Mundo Novo)